



Balta Lelija

17 de agosto de 2024
Sábado da XIX Semana do Tempo Comum
“Obediência aos preceitos do Senhor”
(Parte II)

Hoje queremos retomar o tema que começamos ontem.

Conhecemos os grandes problemas de muitos casamentos e sabemos que muitos foram contraídos nas circunstâncias mais difíceis. A Igreja também quer se dirigir como Mãe àqueles que, por várias razões, fracassaram em seu casamento e começaram um novo relacionamento.

De fato, são os doentes que precisam do médico, não os saudáveis, como Jesus nos diz no Evangelho (cf. Mt 9,12).

Portanto, se um católico se encontra nessa situação, mas deseja estar unido ao Senhor e à Igreja, testemunhando essa união na comunhão eucarística, ele tem duas opções:

A primeira opção é deixar essa segunda união e, se não puderem retornar ao verdadeiro casamento sacramental, decidir continuar sua jornada com Deus em abstinência. É claro que esse pode ser um processo doloroso, pois os atos sexuais criam vínculos profundos.

A segunda opção oferecida pela Igreja pode ser aplicada, por exemplo, se houver filhos dessa segunda união. Se esse for o caso, existe a possibilidade de continuar a viver juntos, mas como irmãos, ou seja, abstendo-se dos atos próprios dos cônjuges.

A lógica dessa última possibilidade é clara, porque, nessas circunstâncias, o vínculo matrimonial existente não está sendo ofendido, de modo que a pessoa em questão pode objetivamente retornar ao estado de graça, correspondendo ao requisito evangélico da conversão. Ele pode, então, receber a Sagrada Comunhão novamente, porque está obedecendo aos preceitos do Senhor relativos ao matrimônio.

Se, por outro lado, a recepção da comunhão fosse permitida sem corresponder à exortação à conversão, os outros fiéis poderiam ficar confusos e isso seria motivo de escândalo.

Alguns círculos da Igreja podem acreditar que esse regulamento é muito legalista e que certas situações devem ser examinadas caso a caso, mesmo que a irregularidade tenha sido cometida sem culpa ou com pouca culpa. Os defensores dessa posição propõem que o sacerdote que acompanha o casal deve

discernir o caso específico e depois deixar a decisão para a consciência das pessoas envolvidas. Além disso, haveria situações em que, devido às circunstâncias, seria impossível provar a invalidade do casamento; no entanto, poderia haver uma certeza moral subjetiva de que nunca houve um verdadeiro vínculo matrimonial. Aqueles que defendem a possibilidade de permitir o acesso à comunhão em tais casos veem isso como um ato de misericórdia da parte de Deus, e veem isso como uma nova opção para alcançar as pessoas, oferecendo-lhes a sagrada comunhão como um remédio para elas.

No final, o que todas essas considerações têm em comum é o fato de quererem oferecer a comunhão sem a dissolução da segunda união ou sem a necessidade de abstinência. Aqueles que defendem essa perspectiva a veem como um desenvolvimento da doutrina e uma prática de misericórdia pastoral.

Outros, por outro lado, consideram que isso seria uma ofensa à práxis permanente da Igreja e enfatizam a validade do que a Igreja tem dito até agora sobre o assunto, por isso não querem aderir a essa nova direção pastoral.

Não se pode deixar de mencionar que tudo isso gerou enormes tensões na Igreja, de modo que Conferências Episcopais inteiras chegaram a conclusões opostas sobre essa questão.

O objetivo do acompanhamento espiritual só pode ser o de ajudar as pessoas envolvidas a retornar ao estado de graça, também em um nível objetivo. Mesmo que sua culpa pessoal possa ser muito pequena, isso não diminui o fato de que a relação sexual com uma pessoa que não é seu cônjuge sempre representa um engano e uma ofensa ao vínculo matrimonial. A misericórdia não pode evitar esse aspecto. De fato, a verdadeira misericórdia não só tem em vista a necessidade pessoal do indivíduo que procura ajudar; ela também, e acima de tudo, olha para o seu destino eterno, de modo que não pode evitar ou minimizar a verdade objetiva.

Mesmo que seja raro o caso em que alguém esteja moralmente certo da invalidade de seu matrimônio, é importante levar em conta a segunda razão mencionada acima, relativa ao escândalo que poderia ser causado entre os fiéis ao receberem a comunhão.

A Igreja Católica tem um enorme patrimônio a proteger, pois parece ser a única a defender a santidade do matrimônio diante de todos os ataques que buscam enfraquecê-lo. No momento atual, essa é uma grande missão, porque há tantos relacionamentos desordenados, e é um verdadeiro desafio corresponder sem reservas à vontade de Deus e dar testemunho Dele.

Não há dúvida de que podemos contar com a misericórdia de Deus quando não

conseguimos atingir plenamente essa meta elevada de viver em conformidade com a vontade de Deus. Mas isso não significa que podemos perder de vista a meta ou rebaixar nossos padrões; pelo contrário, devemos nos esforçar seriamente para alcançá-la. O mundo precisa desse testemunho inequívoco mais do que nunca, agora que se voltou para outras direções e se afastou tanto dos mandamentos de Deus.